

**ANEXO IV****MINUTA**  
**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº \_\_\_\_/2026**

No dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026 o Município de Itaboraí, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_ neste ato por intermédio da Secretaria Municipal de Serviços Públicos/Fundo Municipal de Iluminação Pública, representado pelo Ilmo.(a) Secretário(a) Municipal de Serviços Públicos/Presidente do Fundo Municipal de Iluminação Pública, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_ doravante simplesmente denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o julgamento da licitação na modalidade **Pregão Eletrônico SRP Nº \_\_\_\_/26 - PMI**, objeto do processo administrativo SEI nº **0013.000005/2025-50**, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) atendendo as condições previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na Lei Complementar 101/2000, na Lei Federal 4.230/64 e nos Decretos Municipais nº 300/23 e 03/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

**FORNECEDOR REGISTRADO:**

Empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, situada na \_\_\_\_\_, neste ato representada por seu (sua) (sócio/gerente/procurador), Sr. (a) \_\_\_\_\_, (indicar nacionalidade, profissão, RG e CPF).

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** tem como objeto a “**AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS**” nos termos da legislação vigente, especialmente conforme as especificações constantes da Proposta Comercial referente ao Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º XXX/26 -PMI** e demais anexos, que constituem parte integrante desta, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

Os preços, especificações e quantitativos registrados são os constantes no quadro abaixo, parte integrante desta Ata.

ITEM	QUANT	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR**

O valor total desta Ata de Registro de Preços corresponde a \_\_\_\_\_

As despesas decorrentes desta Ata serão suportadas pela seguinte dotação orçamentária

Código: \_\_\_\_\_  
Elemento de despesa: \_\_\_\_\_  
Fonte: \_\_\_\_\_

#### **CLÁUSULA QUARTA: DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO, PRAZOS E CRITÉRIOS PARA ACEITAÇÃO DO OBJETO**

**Parágrafo Primeiro** - O fornecimento dos materiais se dará de forma parcelada (de acordo com as solicitações dos preços registrados nesta Ata).

**Parágrafo Segundo** - Os materiais serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data de entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização desta ata, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**Parágrafo Terceiro** - O prazo para entrega dos materiais será de 10 (dez) dias corridos, contados do envio da nota de empenho e solicitação de entrega que indicará o quantitativo a ser fornecido;

**Parágrafo Quarto** - Os materiais deverão ser entregues no Almoxarifado Central, situado à Rua Dr. Pereira dos Santos 483/489- Centro, Cep: 24800-041- Itaboraí-RJ, de segunda à sexta (exceto em feriados nacionais, municipais e ponto facultativo) no horário 08h as 17h.

**Parágrafo Quinto** - O recebimento definitivo, nos termos do Art. 16 do Decreto Municipal nº 300/23, ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento provisório, mediante termo circunstanciado.

**Parágrafo Sexto** - O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das condições registradas nesta Ata.

**Parágrafo Sétimo** - O atesto deverá ocorrer no prazo de até 5 dias uteis após o recebimento definitivo.

**Parágrafo Oitavo** - Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório (no momento da entrega), quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta. Em caso de inadequação, os mesmos serão rejeitados, cabendo a Fiscalização notificar o fornecedor registrado para que efetue a retirada dos bens rejeitados, substituindo-os por outros adequados às especificações, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

**Parágrafo Nono** - O prazo para a solução, pela fornecedora registrada, de inconsistências detectadas na entrega dos bens verificadas pelo fiscal durante a análise prévia por ocasião do recebimento provisório, não será computado para fins do recebimento definitivo;

**Parágrafo Décimo** - Em caso de rejeição dos materiais por parte da fiscalização, a fornecedora registrada deverá se responsabilizar pelas despesas de transporte, retirada e devolução dos

itens substituídos, bem como por todas as despesas necessárias e decorrentes do refazimento de eventuais materiais, sem ônus adicional para o órgão gerenciador;

**Parágrafo Décimo Primeiro** - A nota fiscal apresentada pela empresa no momento da entrega, além das especificações e quantitativos do item, deverá mencionar o número do processo administrativo e o número desta Ata de Registro.

**Parágrafo Décimo Segundo** - O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos materiais nem a responsabilidade ético-profissional pela qualidade dos materiais registrados nesta Ata.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO**

**Parágrafo Primeiro** - O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do protocolo do requerimento perante a Administração Municipal, o qual deverá ser instruído com a nota fiscal atestada, a cópia da nota de empenho e da ordem de fornecimento assinada pela fiscalização, além dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal, trabalhista, tributária e previdenciária do Fornecedor Registrado.

**Parágrafo Segundo** - Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a fiscalização manifestar seu atesto, ato conjunto do fiscal e do gestor, nos termos do Decreto Municipal nº 300/2023;

**Parágrafo Terceiro** - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, a contagem do prazo para pagamento ficará sobrestado até que o Fornecedor Registrado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus a Gestão da Ata;

**Parágrafo Quarto** - A nota fiscal deverá ser emitida em nome do Fundo Municipal de Iluminação Pública, CNPJ 19.534.915/0001-05 – endereço: Av. 22 de maio nº 7071 – Venda das Pedras – Itaboraí – Rio de Janeiro – CEP 24800-001 **ou** Prefeitura Municipal de Itaboraí – CNPJ 28.741080/0001-55 – endereço: Praça Marechal Floriano Peixoto, nº 97 – Centro – Itaboraí – CEP 24800-165, de acordo com o emissor da ordem de fornecimento.

**Parágrafo Quinto**- Constatando-se a situação de irregularidade do Fornecedor Registrado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente suas justificativas. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Gestor desta Ata.

**Parágrafo Sexto** - Não havendo regularização ou sendo a justificativa considerada improcedente pelo gestor desta ata, o mesmo dará ciência ao Ordenador de Despesas, que adotará as providências pertinentes;

**Parágrafo Sétimo** - Persistindo a inexecução do objeto do registro de preços, o Órgão Gerenciador desta Ata deverá adotar as medidas necessárias pela inexecução desta ARP nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Fornecedor Registrado a ampla defesa.

**Parágrafo Oitavo** - Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária em favor do Fornecedor Registrado;

**Parágrafo Nono** - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável;

**Parágrafo Décimo** - O Fornecedor registrado, regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**Parágrafo Décimo Primeiro** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Fornecedor Registrado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo órgão gerenciador, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I =	$\frac{(6/100)}{365}$	I = 0,00016438 TX = Percentual da taxa anual = 6%
----------	-----	-----------------------	--

## **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**Parágrafo Primeiro** - A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a partir do dia seguinte ao de sua publicação no Portal Nacional das Contratações Públicas (PNCP), a ser providenciada pelo Ordenador de Despesa em até 20 dias úteis contados da assinatura.

**Parágrafo Segundo** - A ata de registro de preços poderá ser prorrogada por igual período de vigência, com base no art. 84 da Lei 14.133/21 e o art. 21 do Decreto Municipal Nº 003 de 04 de janeiro de 2024, desde que comprovada a vantajosidade.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR REGISTRADO**

**Parágrafo Primeiro** - O Fornecedor Registrado deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de referência, e em sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução das entregas do material de acordo com a solicitação encaminhada pela SEMSERP ou pelo Fundo Municipal de Iluminação Pública e, ainda:

- Efetuar a entrega do item de acordo com a solicitação encaminhada, pelo Órgão Gerenciador da ata, observadas as instruções e especificações nela contidas, no prazo e local indicados;
- Prestar imediatamente as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Órgão Gerenciador desta ATA, salvo quando implicarem em indagações

de caráter técnico, hipótese em que serão respondidas no prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

- c) Manter, durante toda a vigência da Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência e no Edital;
- d) Responder por todas as despesas diretas e indiretas que incidam ou venham a incidir sobre a execução da Ata, tais como taxas, fretes, tributos, obrigações relativas a salários, pagamentos de recursos humanos, Previdência Social, impostos, encargos sociais, transporte, indenizações, recolhimento de valores para órgãos de classe e outras providências, respondendo obrigatoriamente pelo fiel cumprimento das leis trabalhistas e específicas de acidente de trabalho e legislação correlata, aplicáveis ao pessoal empregado na execução, ficando o órgão gerenciador isento de qualquer responsabilidade quanto a essas despesas;
- e) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Órgão Gerenciador desta Ata ou a terceiros, decorrentes da sua culpa ou dolo quando da execução do objeto, independente dos procedimentos de fiscalização e acompanhamento da execução do fornecimento dos materiais, e de outras cominações contratuais ou legais as quais estiver sujeita.
- f) Indicar preposto para representá-la durante a execução desta ARP.
- g) Abster-se de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da execução do futuro fornecimento sem prévia autorização do órgão Gerenciador.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

**Parágrafo Primeiro** - São obrigações do Órgão Gerenciador:

- a) Definição das quantidades e dos materiais no prazo e condições estabelecidas no Termo;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Termo, na proposta apresentada pelo Fornecedor no momento do certame e nesta Ata de Registro de Preços, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- c) Comunicar a empresa fornecedora dos materiais, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos produtos entregues, para que sejam substituídos, reparados num prazo de até 10(dias) corridos, contados da comunicação.
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução desta Ata através de servidores especialmente designados para as funções de fiscal e gestor, nos termos do Decreto Municipal nº 300/2023.

**Parágrafo Segundo** - A Administração Pública não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Fornecedor Registrado com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato desta Ata por si ou seus propositos.

**Parágrafo Terceiro** - O Órgão Gerenciador reserva-se ao direito de não atestar o fornecimento dos materiais em desacordo com as especificações e condições constantes neste instrumento, no registro dos preços em Ata e na proposta apresentada no momento do certame, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas para os casos de inadimplemento parcial ou total.

## **CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**Parágrafo Primeiro** - Comete infração administrativa, o Fornecedor Registrado que:

- I - Dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;
- II - Dar causa à inexecução parcial da Ata que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total da ata;
- IV - Não celebrar a ata ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- V - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VI - Prestar declaração falsa durante a execução da ata;
- VII - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da ata;
- VIII - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- IX - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- X - Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**Parágrafo Segundo** - Pela inexecução do objeto da Ata, a Administração poderá aplicar ao fornecedor registrado as seguintes sanções previstas no Art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

I - Advertência (Art. 156, Inciso I da Lei nº 14.133/21) por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para o órgão Gerenciador, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

II - Multa (Art. 156, Inciso II da Lei nº 14.133/21) não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da Ata de Registro de Preços e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021.

III - Impedimento de licitar e contratar (Art. 156, Inciso III da Lei nº 14.133/21), que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos Incisos II, III, V, VI e VII do caput do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos Incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, V, VI e VII do caput do referido artigo, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

**Parágrafo Terceiro** - As sanções previstas nos incisos I, III e IV parágrafo segundo, poderão ser aplicadas ao Fornecedor Registrado juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;



**Parágrafo Quarto** - A sanção estabelecida no inciso IV do parágrafo segundo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada, será de competência exclusiva do Ordenador de Despesas;

II - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao Fornecedor Registrado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

III - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**Parágrafo Quinto** - Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

I) Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

**Parágrafo Sexto** - A aplicação das penalidades previstas, ressalvadas as dos subitens I e II do item parágrafo segundo realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa do Fornecedor Registrado, observando-se, especialmente, o procedimento previsto no art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

**Parágrafo Sétimo** - Caso o órgão gerenciador determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**Parágrafo Oitavo** - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, no SICAF, no CEIS, no CNEP e no PNCP.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS**

**Parágrafo Primeiro** - O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o mesmo.

I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no § 2º do art. 26;

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Segundo** - Na hipótese prevista no inciso IV do caput, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

**Parágrafo Terceiro** - O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

**Parágrafo Quarto** - Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores registrados e os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**Parágrafo Único** - O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

I - por razão de interesse público;

II - a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no § 3º do art. 26 e no § 3º do art. 27 do Decreto Municipal 03/2024.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

**Parágrafo Primeiro** - Os preços registrados, com as devidas justificativas, poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, nas seguintes situações:

I - para restabelecer o equilíbrio econômico - financeiro, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea d do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

II - em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

III - na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ASSINATURA**

**Parágrafo Primeiro** - Após os procedimentos previstos no art. 17 do Decreto Municipal nº 03/2024 o licitante mais bem classificado, assim como os licitantes a que se refere o inciso XIII, a do artigo 14 do Decreto Municipal nº 03/2024 serão convocados para assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas no edital de licitação sob pena de decadência do direito, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

I - a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo;



II - a justificação apresentada seja aceita pelo Órgão Gerenciador.

**Parágrafo Terceiro** - A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio de assinatura digital;

**Parágrafo Quarto** - Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no art. 18, observado o disposto no § 3º do art. 17 do Decreto Municipal n.º 03/2024, fica facultado ao órgão Gerenciador solicitar a convocação dos licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

**Parágrafo Quinto** - Na hipótese de nenhum dos licitantes de que trata o inciso I do caput do art. 17 do Decreto Municipal n.º 03/2024, aceitar a contratação nos termos do disposto do parágrafo único do art. 19 a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

I - através do Pregoeiro, convocar os licitantes de que trata o inciso II do caput do art. 17 do Decreto Municipal n.º 03/2024 para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

II - através do Ordenador de Despesas, homologar e firmar o contrato ou a ata de Registro de Preços nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**Parágrafo Sexto** - A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o órgão Gerenciador a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Incumbirá ao Órgão Gerenciador divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no Portal da Transparência Municipal através do endereço <https://www.itaborai.rj.gov.br>.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Itaboraí, para dirimir as questões derivadas desta Ata de Registro de Preços.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Parágrafo primeiro** - A presente Ata de Registro de Preços será utilizada pelo órgão gerenciador conforme previsto no Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º XXX/25 – PMI

**Parágrafo segundo** - A Administração não se obriga a adquirir os itens objeto desta Ata, somente fazendo conforme a necessidade.

**Parágrafo terceiro** - O Edital e seus anexos, bem como a proposta de preços da licitante vencedora farão parte integrante da presente Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

**Parágrafo quarto** - Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços, órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame licitatório, conforme Decreto Municipal n.º 03/2024.

**Parágrafo quinto** - Casos omissos serão decididos pelo Ordenador de Despesas, ouvidos o Fiscal e o Gestor, na forma do Decreto Municipal nº 300/2023.

E por acharem justo e concordarem com seus dispositivos, as partes assinam a presente ata em 2 vias de igual teor e forma, na presença de 2 testemunhas identificadas.

Itaboraí, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2026.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS/FUNDO MUNICIPAL DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

**Órgão Gerenciador**

**FORNECEDOR REGISTRADO**  
**XXXXXXXXXXXXXX**

TESTEMUNHA 1: \_\_\_\_\_  
(nome legível e CPF)

TESTEMUNHA 2: \_\_\_\_\_  
(nome legível e CPF)

TESTEMUNHA 2: \_\_\_\_\_  
(nome legível e CPF)